



DIÁRIO ELETRÔNICO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
assessorialegislativa@mprs.mp.br

Porto Alegre, 10 de janeiro de 2020.

Edição n. 2769

Nesta Edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Boletins..... 2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal..... 2

Súmulas de Contratos..... 2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins..... 5



PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

BOLETIM N. 006/2020

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, EM EXERCÍCIO, JACQUELINE FAGUNDES ROSENFELD, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

DESIGNAR

- a Doutora ANDREA ALMEIDA BARROS, Promotora de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Estrela, para oferecer denúncia contra Ronard Ribeiro de Castro, bem como acompanhar os demais trâmites do processo, sem prejuízo da análise de cabimento de eventuais medidas despenalizadoras, com base no Inquérito Policial tombado judicialmente sob o n. 047/2.18.0001927-9, oriundo da Comarca de Bom Retiro do Sul e, no caso de suas férias, impedimentos ou ausências, o Promotor de Justiça Substituto de escala, que não esteja impedido (Port. 4949/2019).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 10 de janeiro de 2020.

MÁRCIO EMÍLIO LEMES BRESSANI,

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

BOLETIM N. 007/2020

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, BENHUR BIANCON JR., NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do Provimento n. 50/2015 e de acordo com as Leis Estaduais n. 11.732/02 e 12.279/05:

- pelo período de 6 meses, a contar do dia 13/12/2019, LUAN MIGUEL FERREIRA LUDWIG, para desempenhar as atividades do serviço voluntário, conforme Termo de Adesão n. 1130, na modalidade "serviço voluntário cidadão" (Port. 4941/2019).

REVOGAR

- a contar do dia 01/09/2019, a Portaria n. 3866/2019, que designou LEONARDO ALMEIDA VANAZ, para desempenhar as atividades do serviço voluntário, na modalidade "serviço voluntário cidadão", tendo em vista Termo de Distrato datado de 01/09/2019 (Port. 4938/2019).

- a contar do dia 13/12/2019, a Portaria n. 3967/2019, que designou LUAN MIGUEL FERREIRA LUDWIG, para desempenhar as atividades do serviço voluntário, na modalidade "serviço voluntário cidadão", tendo em vista Termo de Distrato datado de 13/12/2019 (Port. 4940/2019).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 10 de janeiro de 2020.

BENHUR BIANCON JR.,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

BOLETIM N. 008/2020

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, BENHUR BIANCON JR., NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

DESIGNAR

- para integrar o Projeto FAVO – Força-Tarefa de Ajuda Voluntária, a servidora SIBELI AMADOR DE AZEREDO, Agente Administrativo, ID n. 3450368, para auxiliar a Promotoria de Justiça de São Sebastião do Caí, duas vezes por semana, no período de 07 a 17 de janeiro de 2020 (Port. 4791/2019).

- o servidor CLÁUDIO AVILA DA SILVA, Técnico Superior de Informática, ID n. 3435245, para exercer, em substituição, a função gratificada de Coordenador de Divisão, FGE-11, acrescida da gratificação de representação de 35% (trinta e cinco por cento), deste órgão, nos impedimentos legais e eventuais do titular Fabio William Rosa (Port. 4959/2019).

AUTORIZAR

- nos termos do PR.00958.05988/2019-1, para os períodos de 20 de dezembro de 2019 a 05 de janeiro de 2020 e de 26 de janeiro de 2020 a 02 de dezembro de 2022, o afastamento da servidora CARMEN JUCINARA DA SILVEIRA PASQUALI, Oficial do Ministério Público, ID n. 3426815, a fim de desempenhar mandato classista, no cargo de Presidente da Associação dos Servidores Públicos do Ministério Público do Rio Grande do Sul – APROJUS, ficando, até o término de seu mandato, dispensada do exercício das atribuições de seu cargo sem prejuízo da situação funcional ou remuneratória, exceto promoção por merecimento, nos termos dos artigos 64, XIV, "f", e 149, ambos da Lei Complementar n. 10.098/1994, e na Lei Estadual n. 9.073/1990, com redação que lhe foi dada pela Lei Estadual n. 15.042/2017 (Port. 0005/2020).

- nos termos do PR.00958.05988/2019-1, no período de 06 a 25 de janeiro de 2020, o afastamento do servidor MARCELO DOS SANTOS DIAS, Artífice - Telefonia e Informática, ID n. 3439666, a fim de desempenhar mandato classista, junto à Associação dos Servidores Públicos do Ministério Público do Rio Grande do Sul – APROJUS, ficando, até o término deste período, dispensado do exercício das atribuições de seu cargo sem prejuízo da situação funcional ou remuneratória, exceto promoção por merecimento, nos termos dos artigos 64, XIV, "f", e 149, ambos da Lei Complementar n. 10.098/1994, e na Lei Estadual n. 9.073/1990, com redação que lhe foi dada pela Lei Estadual n. 15.042/2017 (Port. 0006/2020).

CONCEDER

- o abono de permanência, com fulcro no artigo 6º da Emenda Constitucional n. 41/2003, artigo 3º da Instrução Normativa n. 03/2011, e artigo 4º, § 9, da Emenda Constitucional n. 103/2019, ao servidor NILO FRANCISCO SANTANA DOS SANTOS, Artífice - Construção Civil, classe "H", ID n. 3438732, no período de 19 a 21 de novembro de 2019, equivalente ao valor de sua contribuição previdenciária (PR.00576.00884/2013-2 - Port. 0007/2020).

EXONERAR

- a pedido, a contar de 08 de janeiro de 2020, o servidor GUSTAVO PIMENTEL DA SILVA, ID n. 4574745, do Cargo em Comissão de Assessor Especial I, CC-07, deste Órgão (Port. 0016/2020).

CONSIDERAR

- habilitada para tomar posse, a contar de 08/01/2020, no cargo em comissão de Assessor de Subprocuradoria-Geral de Justiça, CC-10, MARCELO RONDELLI BRITO, tendo entrado



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 10 de janeiro de 2020.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2769

em exercício em 09/01/2020.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 10 de janeiro de 2020.

BENHUR BIANCON JR.,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

APOSTILA
PROCESSO N. 002001-09.00/16-5

O DIRETOR-GERAL da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, resolve apostilar, com fulcro no § 8º do art. 65 da Lei Federal n. 8.666/93, o expediente em epígrafe, para fazer constar o reajuste da Tabela de Preços – Anexo I do Contrato de Prestação de Serviços de Implantação, Manutenção, Operação e Armazenamento de Dados do Aplicativo de Recursos Humanos do Estado RS - RHE, celebrado com a empresa PROCERGS – Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul, conforme dispõe cláusula terceira, item 3.1, e quinta, item 5.1 do ajuste, a contar do mês de dezembro de 2019, com base na variação do IPCA acumulado de novembro/2019, qual seja, 3,2748%, passando a vigorar os valores constantes da tabela abaixo:

01 MANUTENÇÃO	R\$
RHE.01.122260 – Manutenção básica mensal	45.668,26
02 OPERAÇÃO	R\$
RHE.02.122270 – Operação básica mensal	15.428,45
RHE.02.122280 – Por usuário	35,43
RHE.02.122290 – Por credito efetuado – vezes mil	84,80
RHE.02.122300 – Por folha consolidada	617,09
03 ARMAZENAMENTO DE DADOS	R\$
RHE.03.122310 – Por histórico – vezes mil	0,80

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 08 de janeiro de 2020.

CARLOS ALBERTO CUNHA UMSZA,
Diretor-Geral, em substituição.

SÚMULA DO CONTRATO
DE COMPRA E VENDA N. 163/2019
PROCEDIMENTO 02405.000.235/2019
PREGÃO ELETRÔNICO N. 73/2019

CONTRATADA: CARLA CRISTINA MAYER ME; **OBJETO:** aquisição de componentes diversos de informática e de telefonia;

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	MARCA/ MODELO	VALOR
08	Adf roller para scanner avision ad230u	10 Un	Avison/Part number 002-8183-0 SP	R\$1.620,00

VIGÊNCIA: 06 (seis) meses; **VALOR TOTAL:** R\$ 1.620,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.30, Rubrica 3044; **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei n. 8.666/93, da Lei n. 10.520/02, da Lei Complementar n. 123/06, da Lei n. 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor, da Lei Estadual n. 13.191/09 e, Lei Estadual n. 11.389/99.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 07 de janeiro de 2020.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL
PROCEDIMENTO 02405.000.235/2019

O DIRETOR-GERAL da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, designa, como fiscal do contrato constante do processo em epígrafe, a servidora Isabel Lucchesi e, como seu substituto, o servidor Roni Martins Botelho.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 07 de janeiro de 2020.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DO CONTRATO
DE COMPRA E VENDA N. 164/2019
PROCEDIMENTO 02405.000.236/2019
PREGÃO ELETRÔNICO N. 73/2019

CONTRATADA: TECHMATH EIRELI; **OBJETO:** aquisição de componentes diversos de informática e de telefonia;

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	MARCA/ MODELO	VALOR
01	Fonte de alimentação para notebook hp elitebook 745 G2	10 Un	HSTNN-LA35 45W bestbatery /HSTNNL A3545 W bestbatery	R\$620,00

VIGÊNCIA: 06 (seis) meses; **VALOR TOTAL:** R\$ 620,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.30, Rubrica 3044; **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei n. 8.666/93, da Lei n. 10.520/02, da Lei Complementar n. 123/06, da Lei n. 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor, da Lei Estadual n. 13.191/09 e, Lei Estadual n. 11.389/99.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 07 de janeiro de 2020.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 10 de janeiro de 2020.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2769

**SÚMULA DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL
PROCEDIMENTO 02405.000.236/2019**

O DIRETOR-GERAL da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, designa, como fiscal do contrato constante do processo em epígrafe, a servidora Isabel Lucchesi e, como seu substituto, o servidor Roni Martins Botelho.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 07 de janeiro de 2020.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**PUBLICAÇÃO DE SÚMULA DO TERMO DE ACORDO
PARA USO DE VEÍCULO PARTICULAR
PROA 20/0900-0000048-0**

PARTES: Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Procuradoria-Geral de Justiça, e o servidora **SISLAINE MÁRIS LEMOS VARGAS BUSATO**, ID n. 4591623; OBJETO: permissão de uso, mediante indenização, do veículo particular placas INP7185, a ser usado na execução de tarefas de coordenação da Divisão de Arquitetura e Engenharia, no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça, em conformidade com o Provimento n. 30/2018;

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 08 de janeiro de 2020.

BENHUR BIANCON JR.,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

**SÚMULA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS DE ENGENHARIA N. 174/2019
PROCEDIMENTO N. 02405.000.246/2019
CONCORRÊNCIA N. 003/2019**

CONTRATADO (A): CONSTRUTORA LF TDA; OBJETO: contratação de serviço de engenharia, com o fornecimento de materiais, para construção, via empreitada por preço unitário, do prédio das Promotorias de Justiça de Rio Grande/RS; **VIGÊNCIA:** 26 (vinte e seis) meses; **PRAZO DE EXECUÇÃO:** 18 (dezoito) meses; **VALOR TOTAL:** R\$ 9.960.877,84; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** UO 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 1764, Natureza da Despesa 4.4.90.51, Rubrica 5103; **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal n. 8.666/93, ao Código Civil Brasileiro e à Lei Estadual n. 11.389/99.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 07 de janeiro de 2020.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL
PROCEDIMENTO N. 02405.000.246/2019**

O DIRETOR-GERAL da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, designa, como fiscal do contrato constante do processo em epígrafe, o servidor Adilson Ruano Machado e, como seu substituto, o servidor Diego Vasconcelos Nectoux.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 07 de janeiro de 2020.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DO CONTRATO
DE AQUISIÇÃO DE LICENÇA DE USO E
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 003/2020
PROCEDIMENTO N. 02405.000.255/2019
PREGÃO ELETRÔNICO N. 088/2019**

CONTRATADA: SUPORTEC – CONSULTORIA DE SISTEMAS E REPRESENTAÇÕES LTDA; **OBJETO:** aquisição de solução de filtragem e otimização de conteúdo web (Proxy Server) bem como a contratação de instalação e configuração, migração, treinamento de 200 horas a serem utilizadas sob demanda ; **VIGÊNCIA:** 36 (trinta e seis) meses; **VALOR TOTAL:** R\$ 33.123,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** UO 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 2746/6420, Natureza da Despesa 4.4.90.40/3.3.90.40, Rubrica 4005 /4006; **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal n. 8.666/93, Lei Federal n. 10.520 de 2002 Lei Estadual n. 13.191 de 2009, pelos Provimentos PGJ/RS n. 33/08, 47/05 e 54/02, pela Lei Estadual n. 11.389/99.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 08 de janeiro de 2020.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL
PROCEDIMENTO N. 02405.000.255/2019**

O DIRETOR-GERAL da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, designa, como fiscal do contrato constante do processo em epígrafe, a servidora Isabel Luchesi, como seu substituto, o servidor Roni Martins Botelho.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 08 de janeiro de 2020.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DO CONTRATO DE FORNECIMENTO
DE BENS E SERVIÇOS N. 004/2020
PROCEDIMENTO N. 02405.000.257/2019
TOMADA DE PREÇO N. 009/2019**

CONTRATADA: TENSEG SECURITY COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA; **OBJETO:** o fornecimento, instalação e configuração de sistema de vigilância (CFTV) e gravação digital de imagem (NVR) na sede da Promotoria de Justiça do 4º Distrito, em Porto Alegre; **VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses; **VALOR TOTAL:** R\$ 33.000,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** U O 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 2746 e 6420, Natureza da Despesa 4.4.90.52, 3.3.90.30, 3.3.90.39, Rubrica 5219,3013 e 3931; **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal n. 8.666/93, ao Código Civil Brasileiro e à Lei Estadual n. 11.389/99.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 08 de janeiro de 2020.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL
PROCEDIMENTO N. 02405.000.257/2019**

O DIRETOR-GERAL da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, designa, como fiscal do contrato constante do processo em epígrafe, o servidor



Alberto Farias Maciel, e como substituto o servidor Marcos da Costa Paggi.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 08 de janeiro de 2020.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS**

BOLETIM N. 5/2020

O COORDENADOR DO CAO CÍVEL E DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01500.000.428/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Bagé. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cláudio Rafael Morosin Rodrigues. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Bagé. OBJETO: Investigar possíveis pagamentos realizados de forma ilegal a servidores públicos municipais. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Bagé.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 01722.000.373/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Barra do Ribeiro. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Ana Luiza Domingues de Souza Leal. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Barra do Ribeiro. OBJETO: AVERIGUAR ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PRATICADOS PELO SERVIDOR DO MUNICÍPIO DE MARIANA PIMENTEL JEFFERSON BACK PAIVA. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Barra do Ribeiro.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 01722.000.203/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Barra do Ribeiro. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: José Alexandre da Silva Zachia Alan. CLASSIFICAÇÃO: Des. Exc. - Regime de Exceção - Pj da Promotoria de Barra do Ribeiro - José Alexandre da Silva Zachia Alan. OBJETO: Apurar possível irregularidade na contratação irregular de contador pelo Município de Mariana Pimentel. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Barra do Ribeiro.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00740.002.157/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Canoas. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Sônia Madalena Silveira Bonilla. CLASSIFICAÇÃO: 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Canoas. OBJETO: Apurar a prática de atos de improbidade administrativa nos termos da Lei n. 8.429/92, diante da falta de efetiva fiscalização do convênio n. 124/2009, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CANOAS e a UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE CANOAS (UAMCA), refletindo na

condenação solidária do ente público perante a Justiça do Trabalho, diante da falta de pagamento de funcionário(s) por parte da conveniada. INVESTIGADO(S): Jairo Jorge da Silva, FABIO RAMOS CANNAS, UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE CANOAS (UAMCA). LOCAL DO FATO: Município de Canoas.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 00783.000.369/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Carolina Barth Loureiro Ingracio. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. OBJETO: Apurar irregularidades no fornecimento de materiais pela empresa Total Health - Distribuidora de Materiais para Uso Médico - Eireli, para o Município de Gravataí. INVESTIGADO(S): Município de Gravataí. LOCAL DO FATO: Gravataí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00783.000.372/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Carolina Barth Loureiro Ingracio. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. OBJETO: Apurar contratação emergencial irregular da empresa ATENA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA., para prestação de serviços médicos especializados, com dispensa de licitação (Contrato n. 122/2019). INVESTIGADO(S): Município de Gravataí. LOCAL DO FATO: gravataí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 00783.000.358/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Carolina Barth Loureiro Ingracio. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. OBJETO: Enfrentamento dos apontamentos relativos ao sistema de controle interno do Município pela não observância do trinômio direção, chefia e assessoramento para cargos de confiança (Lei n. 3325/2013). INVESTIGADO(S): Município de Gravataí. LOCAL DO FATO: Gravataí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01786.000.375/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Jaguari. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Matheus Generali Cargnin. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Jaguari. OBJETO: DOCUMENTOS ENCAMINHADOS PELA UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO - NOVA ESPERANÇA DO SUL. INVESTIGADO(S): JOSÉ JUCELINO FRANCO. LOCAL DO FATO: Jaguari.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01786.000.641/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Jaguari. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Matheus Generali Cargnin. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Jaguari. OBJETO: Eventual improbidade administrativa do Prefeito Municipal de Nova Esperança do Sul, Antão Claudio Perufo, consistente em não responder (ou responder com atraso) às requisições/ofícios/notificações do Ministério Público. INVESTIGADO(S): Antão Claudio Perufo. LOCAL DO FATO: NES/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00829.000.008/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 10 de janeiro de 2020.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2769

Público de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: José Guilherme Giacomuzzi. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre. OBJETO: Apurar ilegalidade na ocupação de cargo público de forma irregular por Sérgio Reginatto Velere, no período entre 31/01/2019 e 31/05/2019. INVESTIGADO(S): Sérgio Reginatto Velere. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01612.000.247/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cláudio Ari Pinheiro de Mello. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre. OBJETO: Apurar possível uso particular do veículo ao IRGA em desvio de finalidade e a identificação dos responsáveis pelo ato. INVESTIGADO(S): INSTITUTO RIO GRANDENSE DO ARROZ - IRGA. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 00879.000.357/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de São Borja. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Fernando Gonzalez Tavares. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de São Borja. OBJETO: Apurar possível utilização de veículo do Município de São Borja para realização de mudança em imóvel particular. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: São Borja.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00891.00045/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de São Leopoldo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Alexandra Carniel Antonio. CLASSIFICAÇÃO: 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de São Leopoldo. OBJETO: APURAR EVENTUAL UTILIZAÇÃO INDEVIDA DE RECURSOS DO SEMAE PARA A MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLE DE ENCHENTES DO MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO - "CASA DE BOMBAS". INVESTIGADO(S): Semae LOCAL DO FATO: São Leopoldo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 01876.000.132/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Lourenço do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Gabriela Monteiro. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Lourenço do Sul. OBJETO: Formulário de atendimento SIAC (Internet) - Denúncia sobre possível desvio de função na educação infantil do município. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: SLS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01890.000.486/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Sarandi. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rafael de Lima Riccardi. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Sarandi. OBJETO: Adoção de providências de integração da fiscalização municipal ao Sistema Nacional de Trânsito por parte do Município de Barra Funda/RS, conforme Ofício Circular CAO Cível/CAO URB n. 001/2017. INVESTIGADO(S): Prefeitura Municipal de Barra Funda/RS. LOCAL DO FATO: Barra Funda.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 01894.000.974/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Sobradinho.

PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cláudio Ari Pinheiro de Mello. CLASSIFICAÇÃO: Des. Exc. - Regime de Exceção - Pj da Promotoria de Sobradinho - Cláudio Ari Pinheiro de Mello. OBJETO: Representação dos Vereadores de Ibarama, relatando a cedência de uma servidora CC para a Delegacia de Polícia de Sobradinho. INVESTIGADO(S): Município de Ibarama. LOCAL DO FATO: Ibarama.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 00911.000.880/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Taquara. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Ximena Cardozo Ferreira. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Taquara. OBJETO: Acompanhamento do cumprimento de RECOMENDAÇÃO (Cópias do IC.00911.00005/2014). INVESTIGADO(S): Município de Taquara. LOCAL DO FATO: Taquara.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00918.000.372/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Triunfo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Thomaz de La Rosa da Rosa. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Triunfo. OBJETO: Apurar suposta irregularidade na licitação Pregão Presencial n. 58/2019, lançada pelo Município de Triunfo para a compra de britas, em especial a noticiada restrição ao caráter competitivo do certame, decorrente da exigência no sentido de que a empresa contratada esteja localizada a no máximo 40km da sede do Município. INVESTIGADO(S): Município de Triunfo. LOCAL DO FATO: Triunfo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00922.001.223/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Uruguaiana. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Pablo da Silva Alfaro. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Uruguaiana. OBJETO: Investigar a ocorrência de dano ao patrimônio público decorrente da existência de curso EJA na Escola Municipal 22 de Outubro, em Barra do Quaraí, com baixo número de alunos frequentes, frente ao número de servidores para atender esta demanda. INVESTIGADO(S): Prefeitura Municipal de Barra do Quaraí. LOCAL DO FATO: Barra do Quaraí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00922.001.195/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Uruguaiana. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Pablo da Silva Alfaro. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Uruguaiana. OBJETO: Investigar a ocorrência de improbidade administrativa decorrente de irregularidades na contratação de empresa de segurança para trabalhar no carnaval fora de época de Uruguaiana no ano de 2017. INVESTIGADO(S): MUNICÍPIO DE URUGUAIANA. LOCAL DO FATO: Uruguaiana.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 01730.000.444/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Campina das Missões. PROMOTOR DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Gabriel Munhoz Capelani. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Campina das Missões. OBJETO: Apurar possível utilização indevida de maquinário pertencente ao Município de Cândido Godói em propriedade privada. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Linha Esquina União, interior de Cândido Godói/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 10 de janeiro de 2020.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2769

PROCEDIMENTO: 01826.000.348/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Rodeio Bonito. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Valmor Júnior Cella Piazza. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Rodeio Bonito. OBJETO: Apurar as circunstâncias de cobranças atos de ofício, consistentes em elaboração ou retificação do CAR, pela servidora do Município de Rodeio Bonito - Deofande Maria Fiori Gregório. INVESTIGADO(S): Deofande Maria Fiore Gregório. LOCAL DO FATO: Prefeitura Municipal de Rodeio Bonito - RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00945.000.359/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Rodeio Bonito. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Valmor Júnior Cella Piazza. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Rodeio Bonito. OBJETO: Apurar eventual desvio de peças no conserto de ônibus pertencentes ao Município de Novo Tiradentes e que realizam o transporte escolar. INVESTIGADO(S): Município de Novo Tiradentes/RS. LOCAL DO FATO: Novo Tiradentes/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 08 de janeiro de 2020.

JOSÉ FRANCISCO SEABRA MENDES JÚNIOR,
Coordenador do CAO Cível e de Proteção do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.